

economia

Termelétrica Rio Grande tem vitória na Justiça

Ainda há possibilidade de haver recursos, no próprio TRF4, com embargos de declaração, ou para tribunais superiores

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou ontem a decisão que já tinha encaminhado em sessão de dezembro do ano passado para que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) revertesse a revogação da outorga que impôs ao projeto da termelétrica Rio Grande. Agora, o desdobramento do assunto dependerá se o órgão regulador do setor elétrico irá ou não recorrer da determinação.

O diretor-geral do Grupo Cobra Brasil, Jaime Llopis, espera que a discussão judicial sobre o empreendimento tenha terminado. O grupo espanhol pretende assumir o projeto que inicialmente foi idealizado pela empresa gaúcha Bolognesi. “A outorga da usina não deveria ter sido revogada”, sustenta Llopis. Já o advogado Paulo Petri, que representa a Termelétrica Rio Grande, deta-

lha que agora o projeto terá que voltar ao processo administrativo, sob a tutela da Aneel. Essa era uma questão que ainda estava pendente na análise do TRF4.

Segundo ele, também há possibilidade de haver recursos, no próprio TRF4, com embargos de declaração, ou para tribunais superiores. “Porém, a meu ver, não impede que já se inicie de pronto o restabelecimento do processo administrativo e o desenrolar do projeto”, reforça Petri.

A usina, projetada para uma potência instalada de 1.238 MW (aproximadamente um terço da demanda média de energia do Rio Grande do Sul), é associada à construção de um terminal de gás natural liquefeito (GNL) no Porto de Rio Grande. O complexo, como um todo, representaria um investimento de cerca de R\$ 6 bilhões.

O projeto da térmica venceu em 2014 um leilão de energia promovido pelo governo federal. A térmica teve a revogação da outorga determinada pela Aneel em

outubro de 2017, devido a atrasos no cronograma do projeto.

O empreendimento tinha como previsão de começo de geração a data de 1º de janeiro de 2019. O atraso no cronograma, entre outros fatores, foi atribuído a dificuldades com o licenciamento ambiental. O presidente da Portos RS (empresa pública responsável pelo setor hidropotável gaúcho), Cristiano Klinger, destaca a importância da iniciativa, ressaltando o volume do investimento e a transformação que essa ação implicaria para a região. “Porque permitiria, além da utilização da própria termelétrica, a entrada de gás pelo complexo portuário de Rio Grande, atendendo toda a comunidade”, enfatiza o dirigente.

Por sua vez, o deputado estadual Halley Lino (PT) comenta que a expectativa é que, após o julgamento no TRF4, seja possível a retomada do projeto e a efetiva construção da termelétrica. “O Grupo Cobra está pronto para iniciar o projeto em Rio Grande”,



Desdobramento dependerá se a Aneel recorrerá ou não da decisão

diz o parlamentar.

Lino admite que a decisão atual pode motivar a Aneel a interpor um recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou ao Supremo Tribunal Federal (STF), porém, ele espera que isso não ocorra.

De acordo com o deputado, se a questão se prolongar novamente na Aneel, será discutido com o órgão regulador e com o Ministério de Minas e Energia

um termo de ajustamento para que se possa ter uma solução definitiva. Lino, Klinger, Petri e Llopis acompanharam, em Porto Alegre, a sessão do TRF4 que tratou da termelétrica Rio Grande, nesta terça-feira. Procurada pela reportagem do Jornal do Comércio (JC) para comentar a posição do TRF4, a Aneel respondeu que “não foi notificada ainda oficialmente a respeito”.

Geração de energia a carvão volta ao foco do debate

O aproveitamento do carvão para a geração de energia sempre foi um motivo que levantou discussões acirradas, principalmente, no Rio Grande do Sul, que tem em torno de 90% da reserva brasileira desse mineral. O tema retornou ao centro do debate já que, depois de mais de uma década, a geração a carvão foi contratada por leilão de energia promovido pelo governo federal e por estar em andamento o processo de renovação do licenciamento ambiental da termelétrica gaúcha Candiota 3.

O leilão da semana passada confirmou a comercialização de três termelétricas a carvão: Porto de Pecém I, Porto de Pecém II e Porto do Itaqui. Os dois primeiros

complexos estão situados no Ceará e o último no Maranhão. Somadas, essas usinas possuem uma potência instalada de 1.440 MW (o que representa mais de um terço da demanda média de energia do Rio Grande do Sul). As plantas utilizam como combustível o carvão importado oriundo, especialmente, da Colômbia.

O presidente da Associação Brasileira do Carvão Sustentável (ABCS), Fernando Zancan, enfatiza que a contratação das usinas, além de ser uma boa notícia para o segmento, é algo bom para o País. Ele argumenta que o mundo passa por uma guerra (no Oriente Médio) que ainda não se sabe o desfecho.

Essa questão, de acordo com

o dirigente, demonstra a volatilidade do preço do gás natural, o que evidencia a importância do aproveitamento de outras fontes, como é o caso do carvão. Zancan cita que países como a China, por exemplo, não irão abrir mão do aproveitamento do mineral. Para ele, a tendência é da aceleração da tecnologia de captura de CO2 para estender o uso do carvão no planeta. Zancan também assinala que o mineral pode ter um papel importante no segmento de químicos e da produção de fertilizantes.

Já o gerente de Transição Energética do Instituto Internacional Arayara, John Fernando de Farias Wurdig, admite que foi recebida com surpresa a venda de energia a partir do carvão. Ele frisa que mais de 20 contribuições feitas na consulta pública sobre o leilão, pedindo para o mineral ser excluído da disputa, foram ignoradas pelo Ministério de Minas e Energia. Lembrou ainda que na COP30, o presidente Lula sugeriu, entre outros pontos, fazer um planejamento para avançar na transição energética. “Mas, a gente está vendo que o Ministério de Minas e Energia está apresentando um mapa da expansão da indústria fóssil dentro da matriz elétrica”, criticou.

MARCELO G. RIBEIRO/JC



Rio Grande do Sul possui cerca de 90% da reserva nacional do mineral

Associação e Arayara esperam decisão técnica sobre Candiota

Apesar de vários interesses envolvidos na questão, tanto a Associação Brasileira do Carvão Sustentável (ABCS) como o Instituto Internacional Arayara projetam que a decisão sobre a renovação ou não da licença ambiental da termelétrica Candiota 3 será estritamente técnica. A análise do licenciamento da usina candiotense está tramitando no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a expectativa é que se tenha uma definição antes do final de abril sobre a questão.

O gerente de Transição Energética do Instituto Internacional Arayara, John Fernando de Farias Wurdig, diz que vê com muita preocupação a questão da possibilidade de renovação do licenciamento de Candiota 3. Ele enfatiza que a licença está em vigor há dez anos. “E o contexto atual é diferente do que o do passado”, assinala. Wurdig afirma que há vários problemas ambientais ocasionados pela operação.

Hoje, às 10h, o Arayara, em parceria com o Centro de Pesquisa em Energia e Ar Limpo (Crea), fará o lançamento do estudo “O Carvão em Candiota - Impactos à Saúde de um Polo de Mineração de Carvão e Geração de Energia no Rio Grande do Sul”. O local do evento será o anfiteatro/auditório do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (Ilea), no Campus do Vale da Ufrgs, avenida Bento Gonçalves, 9500, Porto Alegre.

Quanto ao licenciamento de Candiota 3, o presidente da ABCS, Fernando Zancan, reitera que se trata de uma situação técnica. “E as questões técnicas prevalecem em relação à narrativa”, afirma o dirigente.

Para Zancan, é fundamental a continuidade da usina para dar segurança energética ao País, pois se trata de uma geração firme (que não oscila com as condições climáticas). Além disso, ele ressalta a manutenção de empregos e renda que o complexo propicia para a região.